

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ITIÚBA: CAMINHOS PARA UMA ESCOLA TRANSFORMADORA

Implementation of Comprehensive Education in Itiúba: Pathways to a Transformative School

Silmara do Socorro Andrade

Mestranda em Ciências da Educação Cristã. Universidade Christian College of Educaler. E-mail: silmarandrd@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a implementação da Educação Integral no município de Itiúba, Bahia, como estratégia para enfrentar desigualdades sociais e promover uma escola transformadora. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e em autores como Arroyo, Moll, Cavaliere e Freire, o estudo destaca que a Educação Integral vai além da ampliação da jornada escolar, propondo uma formação que reconhece os sujeitos em sua totalidade cognitiva, afetiva, social e cultural. A realidade educacional de Itiúba é marcada por desafios estruturais, como infraestrutura precária, vulnerabilidade social e evasão escolar. Frente a esse cenário, a proposta de Educação Integral, formalizada pelo Decreto Municipal nº 075/2023, busca articular currículo, cultura local, protagonismo estudantil e gestão democrática. A valorização da formação continuada dos profissionais da educação é apontada como essencial para o sucesso da iniciativa. O artigo também discute os caminhos para consolidar uma escola transformadora, enfatizando a importância da escuta ativa, da participação comunitária, da articulação intersetorial e da inclusão digital. A Educação Integral é apresentada como uma política pública capaz de reconfigurar o papel da escola, tornando-a um espaço de direitos, pertencimento e transformação social. Conclui-se que, em Itiúba, a Educação Integral representa um movimento coletivo e contínuo, que exige compromisso político, planejamento estratégico e práticas pedagógicas contextualizadas. A escola, nesse processo, torna-se um lugar de esperança e construção de futuros possíveis.

Palavras-chave: Educação Integral. Escola Transformadora. Gestão Democrática. Inclusão Social. Políticas Públicas.

Abstract

This article analyzes the implementation of "Integral Education" (extended-day schooling) in the municipality of Itiúba, Bahia, as a strategy to address social inequalities and foster a transformative school environment. Grounded in a qualitative approach and drawing on authors such as Arroyo, Moll, Cavaliere, and Freire, the study highlights that Integral Education goes beyond merely extending the school day; it proposes an educational approach that recognizes individuals in their totality encompassing cognitive, affective, social, and cultural dimensions. The educational landscape in Itiúba is characterized by structural challenges, including poor infrastructure, social vulnerability, and school dropout rates. Faced with this scenario, the Integral Education proposal formalized by Municipal Decree No. 075/2023 seeks to integrate the curriculum, local culture, student agency, and democratic management. Prioritizing the continuous professional development of educators is identified as essential to the initiative's success. The article also discusses pathways to establishing a transformative school, emphasizing the importance of active listening, community participation, intersectoral collaboration, and digital inclusion. Integral Education is presented as a public policy capable of redefining the school's role, transforming it into a space for rights, a sense of belonging, and

social change. The study concludes that, in Itiúba, Integral Education represents a collective, ongoing movement requiring political commitment, strategic planning, and context-sensitive pedagogical practices. In this process, the school becomes a place of hope and the construction of possible futures.

Keywords: Comprehensive Education. Transformative School. Democratic Management. Social Inclusion. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, a Educação Integral vem se consolidando como uma das principais estratégias de implementação das políticas públicas educacionais voltadas à promoção da equidade, da justiça social e da formação cidadã fundamentada nas leis vigentes e na ação humana cotidiana. É importante compreender que, mais do que a simples ampliação da jornada, a concepção de educação integral, indica uma abordagem que reconhece os sujeitos em sua totalidade, valorizando os múltiplos saberes, as dimensões afetivas, cognitivas, sociais e culturais que compõem o processo educativo. No Brasil, essa política vem sendo implantada a partir de marcos legais como o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais e iniciativas pontuais estaduais e municipais que objetivam transformar a escola em um espaço de desenvolvimento integral dos sujeitos. A dimensão da proteção integral à infância encontra respaldo também no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

No município de Itiúba, que está localizado no centro-norte do estado da Bahia, na região do semiárido nordestino, na microrregião do Piemonte da Diamantina, a implementação da Educação Integral visa representar uma resposta concreta aos desafios enfrentados pela rede pública de ensino municipal. Com indicadores sociais que evidenciam desigualdades, a adoção da política da escola de tempo integral surge como uma alternativa potente para aprimorar a garantia ao direito à educação de qualidade. O Decreto Municipal nº 075/2023 (Itiúba, 2023) formaliza essa iniciativa, quando estabelece diretrizes para a oferta de Educação Integral desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.

A proposta de Educação Integral em Itiúba está alinhada com princípios como a gestão democrática, a valorização da cultura local, o protagonismo estudantil e a formação continuada dos profissionais da educação. A criação de espaços pedagógicos inovadores deverá reforçar o compromisso do município com uma educação transformadora, articulando teoria e prática em uma perspectiva emancipadora. Para a concretização desses avanços, no entanto, é imprescindível planejamento, investimento e envolvimento da comunidade escolar para que se consolidem de forma responsável.

Este artigo, vinculado ao campo da Educação e fundamentado em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, ao buscar analisar os caminhos possíveis para a consolidação de uma escola transformadora no município de Itiúba, com levantamento de dados em livros, artigos e documentos para construir um referencial teórico elementar. A partir da articulação entre os marcos legais, os referenciais teóricos e a realidade educacional local, busca-se compreender como a Educação Integral pode contribuir para a construção de um projeto educativo que promova a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento pleno dos sujeitos. A pesquisa se apoia em autores como Arroyo (2013), Moll (2012) e Cavaliere (2002), além de documentos oficiais que orientam a política educacional brasileira.

Ao longo do texto, serão discutidos aspectos como a fundamentação teórica da Educação Integral, o diagnóstico da realidade educacional de Itiúba, a proposta curricular implementada, os desafios enfrentados e os caminhos possíveis para a consolidação de uma escola transformadora. O objetivo é oferecer subsídios para o fortalecimento das políticas públicas de educação integral local, contribuindo para o debate sobre a educação como direito e como prática social capaz de promover a cidadania e a transformação das condições de vida da população itiubense.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico, de natureza qualitativa e bibliográfica, cuja finalidade consiste na análise e na problematização crítica da literatura existente sobre a Educação Integral e sua implementação nas redes de ensino, articulando diferentes apreciações e perspectivas teóricas.

Na primeira etapa, foram coletados dados em livros, artigos e documentos, inicialmente de caráter geral do tema, seguida de uma leitura prévia possibilitando uma leitura seletiva. Na segunda etapa, com uma leitura seletiva, foram englobados 04 profissionais especialistas na área, além de outros documentos pertinentes, como Leis e Decretos, com informações úteis para o desenvolvimento e finalização do documento.

Na terceira e última etapa, foi realizada uma leitura crítica e reflexiva, objetivando a coleta das ideias fundamentais, contemplando todas as anotações e a concretização da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Integral, enquanto concepção pedagógica e política pública, emerge como uma das respostas às inúmeras limitações do modelo tradicional de ensino, que centra muitas vezes na pulverização de conteúdos e na fragmentação do

conhecimento. Ela preconiza uma abordagem que busca reconhecer os sujeitos em sua totalidade, valorizando as dimensões cognitivas, afetivas, sociais, éticas, culturais e corporais. Essa visão alinha-se com os princípios da educação, como direito social, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que define a educação como dever do Estado e da família, aspirando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à sua preparação para o exercício da cidadania.

Autores como Arroyo (2013) defendem que a Educação Integral deve ser construída a partir da valorização dos sujeitos e de seus territórios. Nessa perspectiva, a escola precisa reconhecer os estudantes como sujeitos de saberes, histórias e culturas, em oposição à homogeneização e à padronização curricular (Arroyo, 2013). A escola transformadora, pode-se afirmar, é aquela que está aberta ao diálogo com as realidades locais, busca a promoção de uma formação que respeita a diversidade e estimula o protagonismo estudantil.

Moll (2012), por sua vez, contribui com uma leitura crítica sobre as experiências de Educação Integral no Brasil, destacando a importância da ampliação dos tempos e espaços educativos. A Educação Integral, nessa perspectiva, ultrapassa a ampliação da jornada escolar e envolve a construção de ambientes formativos que conectem escola, comunidade e território (Moll, 2012). Essa compreensão fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que de forma geral orientam a construção de propostas pedagógicas integradas, contextualizadas e voltadas para fortalecer o desenvolvimento amplo dos estudantes.

Cavaliere (2002) reforça que a Educação Integral é uma proposta em constante construção, que exige revisão curricular, formação docente e gestão democrática. Essa leitura valoriza a articulação entre conhecimentos escolares e saberes populares, visando a aprendizagens contextualizadas (Cavaliere, 2002). Articular teoria e prática é fundamental, na busca do cumprimento do papel social de inclusão, emancipação e transformação da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) oferecem respaldo legal à Educação Integral. O PNE, em sua Meta 6, estabelece como objetivo a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de educação básica. Reforçando o compromisso do Estado com a ampliação das oportunidades formativas e com a busca da superação das desigualdades educacionais, especialmente em territórios fragilizados como o semiárido baiano.

Freire (2019), em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, fornece uma base ética e política para a Educação Integral, quando defende uma pedagogia centrada no

diálogo, na escuta e na valorização dos saberes. Na perspectiva freiriana, o diálogo e a consciência crítica articulam a educação à liberdade e à transformação da realidade (Freire, 2019). A proposta de Educação Integral, nesse sentido, se conecta à pedagogia freiriana quando busca formar sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a justiça social.

A Educação Integral também se articula com os princípios da gestão democrática, que estão previstos na LDB (Brasil, 1996) e nas Diretrizes para a Educação Básica. É salutar a participação da comunidade escolar na construção do projeto pedagógico, buscando garantir que a escola responda às demandas reais do território, onde está inserida. Como destaca Souza (2009), a gestão democrática é um instrumento de fortalecimento da autonomia escolar e de promoção da corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo. Esse horizonte formativo dialoga ainda com a educação como prática da liberdade (Freire, 2020).

A REALIDADE EDUCACIONAL DE ITIÚBA

O município de Itiúba apresenta uma realidade educacional marcada por desafios históricos e estruturais que refletem as desigualdades sociais da região. Com uma população majoritariamente rural e índices socioeconômicos abaixo da média estadual, a ampliação ao acesso à educação de qualidade, no sentido amplo da palavra, tem sido uma luta constante da comunidade local. A carência de recursos, a melhoria gradativa da infraestrutura escolar e a dificuldade de permanência dos estudantes na escola são fatores que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Historicamente, a educação em Itiúba tem desenvolvido progressivamente a oferta de serviços públicos, à formação docente e à valorização da cultura local. Muitas escolas funcionam em estruturas que precisam ser melhoradas, e em alguns casos adequados para atividades extracurriculares. Essa realidade compromete em parte a efetivação do direito à educação previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) e reforça a necessidade de ampliação das políticas públicas que promovam equidade e inclusão.

Apesar dos obstáculos, o município tem demonstrado esforços significativos para reverter esse cenário. A realidade educacional de Itiúba também deve considerar questões culturais e territoriais que influenciam diretamente o processo educativo. A valorização da cultura local, das tradições populares e dos saberes comunitários é essencial para que a escola se torne um espaço de pertencimento e identidade. Como destaca Cavaliere (2002), a Educação Integral deve ser construída a partir das especificidades de cada território, promovendo uma

aprendizagem significativa e contextualizada. Em Itiúba, isso reforça a necessidade de reconhecimento do potencial educativo das manifestações culturais, da agricultura familiar e das práticas comunitárias.

Outro aspecto de grande relevância é a formação dos profissionais da educação. A proposta de Educação Integral, principalmente nos dias atuais por se tratar de uma política pública que objetiva a formação ampla do sujeito, exige uma atuação pedagógica crítica, interdisciplinar e comprometida com a transformação social. Arroyo (2013) defende que o professor precisa ser reconhecido como sujeito da educação, e sua valorização é condição para a construção de uma escola transformadora. Evidenciando que é primordial em Itiúba, investir na formação docente, sendo este um passo fundamental para a consolidação dessa proposta, ao longo dos anos.

A participação da comunidade escolar é um ponto que merece destaque, sendo necessário ser fortalecido, pois todos que compõe a comunidade escolar desempenham um papel estratégico na construção de uma educação pública de qualidade. A gestão democrática, prevista na LDB (Brasil, 1996), deve ser um caminho para fortalecimento do vínculo entre escola e território, sempre objetivando a corresponsabilidade na definição das práticas pedagógicas que visem garantir uma educação transformadora da realidade social dos estudantes. Em Itiúba, iniciativas como os conselhos escolares vêm contribuindo para a ampliação do diálogo entre escola e sociedade.

Um ponto crucial é considerar os impactos da vulnerabilidade social sobre o desempenho escolar. Assim como, a insegurança alimentar, o trabalho infantil, a evasão escolar e a baixa escolaridade dos responsáveis são fatores que fragilizam a trajetória educacional dos estudantes. Desse modo, a Educação Integral, propicia um contexto que funciona como uma estratégia na proteção social, disponibilizando uma alimentação adequada, atividades culturais, apoio pedagógico e espaços que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos.

Dessa forma a compreensão da realidade educacional de Itiúba é primordial para pensar estratégias que promovam, colaborem com a promoção da equidade e a qualidade na educação. A partir do reconhecimento das especificidades territoriais e culturais, é possível construir uma proposta pedagógica que busque respeitar os sujeitos em sua integralidade e contribua para a transformação social. A Educação Integral, nesse cenário, não deve ser considerada apenas uma política pública, mas como uma possibilidade de reconfigurar o papel da escola como espaço de direitos, dedicações e aprendizagens.

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ITIÚBA

A proposta de Educação Integral em Itiúba está fundamentada por meio do Decreto Municipal nº 075/2023 (Itiúba, 2023), que dispõe sobre a implantação da política de Educação Integral na Rede Municipal de Ensino. A proposta representa um avanço significativo na política educacional local, ao reconhecer a escola como espaço privilegiado de formação humana, cidadã e cultural. Visto que a carga horária semanal de 35 horas permitirá a ampliação das possibilidades pedagógicas, favorecendo assim o desenvolvimento integral dos estudantes em suas múltiplas dimensões, corroborando significativamente para o fortalecimento da sociedade. A regulamentação federal das matrículas em tempo integral também prevê parâmetros de jornada escolar (Brasil, 2023).

Nesse sentido, é proposta uma articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) com uma parte diversificada, construída a partir das demandas e potencialidades do contexto escolar, contemplando temas como cultura, ciência, tecnologia, meio ambiente, cidadania e projeto de vida, buscando uma formação que dialogue com os interesses dos estudantes e com os desafios da contemporaneidade. Valorizar a cultura local, as práticas das comunidades e os saberes tradicionais é um dos pilares propostos, que contribui para o fortalecimento da identidade e do pertencimento dos alunos à sua realidade. A articulação entre currículo e identidade pode ser examinada também à luz das teorias curriculares (Silva, 2005).

A gestão democrática é outro eixo estruturante do que é proposto na Educação Integral em Itiúba. A participação ativa da comunidade escolar é presenciada por meio de conselhos escolares e projetos coletivos. Essa perspectiva fortalece o vínculo entre escola e comunidade escolar, dando ênfase a corresponsabilidade na construção de uma educação pública de qualidade. Além disso, pode-se afirmar que a escuta ativa e o diálogo são práticas que favorecem a construção de ambientes escolares mais acolhedores, inclusivos e participativos.

Uma ferramenta considerada crucial para a efetivação da proposta da Educação Integral, é a formação continuada dos profissionais da educação, o que tem levado o município a investir em capacitações que abordam temas como metodologias ativas, interdisciplinaridade, avaliação formativa, educação socioemocional e gestão pedagógica. Esses processos formativos objetivam ampliar o conhecimento dos educadores, com intuito de promoverem práticas mais contextualizadas, reflexivas e inovadoras. A contínua valorização do trabalho docente, aliada

ao suporte técnico e pedagógico com qualidade, é de fundamental importância para assegurar a qualidade da implementação.

Por fim, a proposta de Educação Integral em Itiúba se inspira em experiências exitosas de outros municípios e nas diretrizes do Ministério da Educação, sempre buscando melhorar essas referências à realidade local. A construção de uma escola transformadora com qualidade, exige planejamento estratégico, monitoramento contínuo e compromisso político com a equidade e a justiça social. Nesse sentido, seguramente pode-se afirmar que mais do que uma alteração estrutural, a Educação Integral redefine os propósitos formativos da escola, articulando saberes e territórios.

DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA ESCOLA TRANSFORMADORA

A implementação de uma escola transformadora no contexto da Educação Integral, especialmente em municípios como Itiúba, demanda uma abordagem integrada e comprometida com a superação das desigualdades históricas que permeiam o território. Essa proposta não se limita à ampliação da jornada escolar, mas exige uma reestruturação intensa das práticas pedagógicas, da gestão educacional e das políticas públicas, com vistas à valorização da escola como espaço de formação humana, cultural e social.

Um dos pilares para a consolidação da Educação Integral é a qualificação dos profissionais da educação. O trabalho docente precisa transcender a mera transmissão de conteúdos, incorporando práticas interdisciplinares, contextualizadas e sensíveis às vivências dos estudantes. A formação continuada, nesse sentido, deve promover espaços de reflexão crítica, troca de saberes e construção coletiva de metodologias inovadoras, alinhadas às realidades locais e às demandas contemporâneas.

A precariedade da infraestrutura escolar representa um entrave significativo à efetivação da proposta integral. Em regiões como o semiárido baiano, muitas unidades escolares carecem de ambientes adequados para atividades diversificadas, como bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas e espaços de convivência. A superação dessas limitações requer investimentos públicos consistentes, planejamento estratégico e parcerias intersetoriais que viabilizem melhorias sustentáveis e inclusivas.

A construção de uma escola transformadora pressupõe uma gestão democrática, que valorize a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar. A escuta qualificada, por meio de conselhos escolares, fóruns e assembleias pedagógicas, fortalece a autonomia institucional e a corresponsabilidade na definição dos rumos da educação. Em Itiúba,

iniciativas como o Projeto Sertão Vivo têm reforçado essa perspectiva, articulando educação, cultura e sustentabilidade.

A articulação entre escola e território é essencial para uma Educação Integral significativa. O reconhecimento dos saberes locais, das práticas culturais e das relações comunitárias como elementos constitutivos do currículo escolar contribui para uma aprendizagem contextualizada e emancipadora. Em Itiúba, valorizar as tradições do Território do Sisal e as expressões culturais da região é um caminho para fortalecer a identidade dos estudantes e promover o pertencimento.

A escola transformadora deve ser um espaço de acolhimento da diversidade, promovendo práticas pedagógicas que respeitem as diferenças de gênero, raça, classe, religião e deficiência. A Educação Integral, nesse contexto, configura-se como uma política de justiça social, voltada à promoção da dignidade humana e à superação das desigualdades estruturais.

A efetividade da Educação Integral depende da construção de indicadores que permitam acompanhar seu impacto. Avaliar não apenas o desempenho acadêmico, mas também o engajamento dos estudantes, a qualidade das relações interpessoais e a valorização da cultura local é fundamental para o aprimoramento contínuo da proposta. A escola que se transforma é aquela que aprende com sua prática e se reinventa diante dos desafios. A integração entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte potencializa os resultados da Educação Integral. Em contextos como o de Itiúba, onde os desafios sociais são múltiplos e interdependentes, a atuação articulada das políticas públicas é condição para o sucesso da escola transformadora. A construção de redes de proteção e promoção de direitos é parte essencial desse processo. Nesse acompanhamento, os critérios de avaliação da aprendizagem constituem uma dimensão pertinente ao planejamento escolar (Freitas, 2008).

Embora o acesso à tecnologia ainda seja limitado em muitas regiões, a inclusão digital pode ampliar horizontes formativos e promover a autonomia dos estudantes. A capacitação docente para o uso pedagógico das tecnologias, aliada a políticas públicas de conectividade, contribui para tornar a escola mais dinâmica e alinhada aos desafios do século XXI.

A construção de uma escola transformadora é um processo contínuo, coletivo e situado. Não há modelos universais, mas caminhos que devem ser trilhados com base nas especificidades de cada território. Em Itiúba, a Educação Integral pode se consolidar como instrumento de transformação social, desde que seja pautada pelo diálogo, pela escuta ativa e pelo compromisso político com a equidade. A escola, ao se transformar, torna-se um ambiente de construção coletiva, onde se projetam possibilidades concretas de mudança social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de implementação da Educação Integral em Itiúba revela um movimento que transcende a simples ampliação da jornada escolar. Trata-se de uma ressignificação do papel da escola como espaço de inclusão social e formação humana, colocando o educando como protagonista no processo educativo. Ao reconhecer os estudantes em sua complexidade, essa abordagem rompe com modelos tradicionais e propõe uma educação que dialoga, reflete e busca práticas já consolidadas em outras Redes de Ensino para fortalecer sua implementação.

A promulgação do Decreto Municipal nº 075/2023 (Itiúba, 2023) representa um marco importante na trajetória educacional do município, ao estabelecer diretrizes alinhadas às metas nacionais e às boas práticas já consolidadas em outras regiões. No entanto, sua efetivação exige mais do que regulamentações formais: requer engajamento político, investimentos estruturantes, formação continuada dos profissionais da educação e a mobilização ativa da comunidade escolar. A Educação Integral se constrói por meio de articulações intersetoriais e da corresponsabilidade entre diferentes atores sociais.

Os desafios enfrentados no cotidiano das escolas como limitações de infraestrutura, lacunas na formação docente e baixa participação das famílias devem ser encarados como oportunidades para a construção de soluções coletivas e contextualizadas. A escola que se propõe transformadora precisa estar aberta ao diálogo, à escuta ativa e à reinvenção constante de suas práticas. A valorização da cultura local, a gestão democrática e o acompanhamento pedagógico são elementos fundamentais para consolidar essa transformação.

Para tanto, é essencial compreender que a Educação Integral não se configura como um modelo único ou fechado, mas como um processo em constante construção, adaptado às especificidades de cada território. Em Itiúba, essa proposta pode se tornar um instrumento eficaz de enfrentamento das desigualdades sociais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação de suas realidades. A escola, nesse contexto, assume o papel de espaço de esperança e de construção coletiva de futuros possíveis.

Dessa forma, este estudo reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas educacionais que promovam a equidade, a inclusão e a valorização dos territórios. A Educação Integral em Itiúba é um chamado à ação colaborativa, à escuta sensível e ao compromisso com uma escola que não apenas transmite conhecimento, mas que transforma vidas. Que esse processo seja contínuo, sustentado por práticas pedagógicas que respeitem a dignidade humana e assegurem o direito de todos a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Estado investe em melhorias na educação de Itiúba**. Disponível em: <https://www.ba.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: uma proposta em construção. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 11–20, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação da aprendizagem: uma prática em construção**. Campinas: Papirus, 2008.

GOVERNO entrega colégio de tempo integral e sistemas de abastecimento de água em Itiúba. **Jornal Foco**, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://jornalfoco.com.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

ITIÚBA (BA). Decreto nº 075/2023, de 5 de setembro de 2023. Dispõe sobre a implantação da política de educação integral na rede municipal de ensino de Itiúba-Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Itiúba, ano XI, n. 1407, 5 set. 2023.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaques T. et al. **Educação integral no Brasil: textos referenciais**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2015.



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Sandra. Gestão democrática e participação: desafios para a escola pública. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 1055–1074, 2009.